

Ventos de São Lúcio | Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente.....	10
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13
1 Contexto operacional.....	13
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	13
3 Gerenciamento de riscos.....	21
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	23
5 Aplicações financeiras vinculadas.....	23
6 Contas a receber de clientes.....	24
7 Imobilizado.....	24
8 Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	25
9 Patrimônio líquido.....	29
10 Receita líquida de vendas.....	30
11 Custos operacionais.....	30
12 Despesas gerais ou administrativas.....	30
13 Resultado financeiro.....	31
14 Partes relacionadas.....	32
15 Instrumentos financeiros.....	33
16 Imposto de renda e contribuição social corrente.....	34
17 Contingências.....	35



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.
Lajes (RN)**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receita

Veja as Notas 2.12 e 10 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar sua usina geradora de energia eólica, sendo o fornecimento da energia gerada comercializado por meio de contratos de longo prazo. A receita da Companhia advém substancialmente desses contratos de fornecimento de energia elétrica.</p> <p>As variações da geração da energia e consequentemente o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função do exposto acima, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Entendimento dos processos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas;– Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia e verificação dos comprovantes de liquidação financeira; e– Realizamos uma inspeção documental detalhada do volume de energia gerada em dezembro de 2025, analisando as documentações de suporte para verificar se a receita foi reconhecida corretamente no momento da transferência do controle da energia fornecida. Além disso, comparamos os relatórios de receitas geradas fornecidos pela companhia e pelo órgão regulador, confrontando o montante total com os valores registrados.– Avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras em relação ao reconhecimento da receita. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Barroso Silva Junior', enclosed within a blue oval shape.

Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Balances patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.153	3.804
Aplicações financeiras vinculadas	5	6.762	6.827
Contas a receber de clientes	6	5.184	4.904
Outros créditos		928	971
Partes relacionadas - outros créditos	14	2	33
Total do Ativo Circulante		24.029	16.539
Aplicações financeiras vinculadas	5	18.326	19.172
Outros créditos		553	—
Realizável à longo prazo		18.879	19.172
Imobilizado	7	296.166	309.265
Intangível		10	11
		296.176	309.276
Total do Ativo Não Circulante		315.055	328.448
Total do Ativo		339.084	344.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Lúcio | Energias Renováveis S.A.
Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores		885	660
Dividendos a pagar	14	—	1.126
Empréstimos e financiamentos	8	5.477	5.073
Debêntures	8	11.840	11.969
Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	99	1.068
Obrigações fiscais		470	495
Imposto de renda e contribuição social	16	587	644
Outras contas a pagar		663	74
Total do Passivo Circulante		20.021	21.109
Empréstimos e financiamentos	8	143.749	143.402
Debêntures	8	78.826	84.679
Provisão para desmobilização		3.317	3.182
Total do Passivo Não circulante		226.476	231.263
Passivo Total		246.497	252.372
Patrimônio Líquido	9		
Capital social		85.417	85.417
Reserva legal		363	363
Reserva de lucros a distribuir		6.807	6.835
Prejuízos acumulados		—	—
Total do Patrimônio Líquido		92.587	92.615
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		339.084	344.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	10	57.797	62.493
Custos operacionais	11	(28.863)	(26.026)
Lucro bruto		28.934	36.467
Despesas gerais ou administrativas	12	(1.008)	(916)
Outras despesas operacionais		(38)	(1.274)
Despesas operacionais		(1.046)	(2.190)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		27.888	34.277
Receitas financeiras	13	3.778	2.177
Despesas financeiras	13	(28.591)	(29.868)
Resultado financeiro		(24.813)	(27.691)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		3.075	6.586
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(3.103)	(2.636)
Prejuízo (Lucro) do exercício		(28)	3.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo (Lucro) do exercício	<u>(28)</u>	<u>3.950</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>—</u>	<u>—</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	<u>—</u>	<u>—</u>
Resultado abrangente total	<u>(28)</u>	<u>3.950</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Lúcio | Energias Renováveis S.A.
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		85.417	126	4.248	—	89.791
Lucro do exercício		—	—	—	3.950	3.950
Destinação do Lucro						
Reserva legal	9	—	237	—	(237)	—
Dividendos obrigatórios	9	—	—	—	(1.126)	(1.126)
Reserva de lucros a distribuir	9	—	—	2.587	(2.587)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024		85.417	363	6.835	—	92.615
Prejuízo do exercício		—	—	—	(28)	(28)
Absorção de prejuízos	9	—	—	(28)	28	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		85.417	363	6.807	—	92.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo (Lucro) do exercício		(28)	3.950
Ajustes para:			
Depreciação	7	13.862	13.878
Rendimento de aplicações	5	(2.692)	(1.647)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	16.431	16.882
Juros sobre debêntures	8	11.244	12.302
Resultado da baixa de imobilizado	7	243	26
Imposto de renda e contribuição social	16	3.103	2.636
Apropriação do custo de captação	8	770	425
Outros		953	943
		43.886	49.395
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(280)	521
Outros créditos		(882)	(118)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(938)	2.049
Fornecedores		225	386
Obrigações fiscais		(652)	(1.462)
Outras contas a pagar		1.174	(798)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		42.533	49.973
Juros pagos sobre mútuos	14	-	(125)
Ressarcimento de seguros		-	824
Impostos pagos sobre o lucro	16	(2.533)	(951)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		40.000	49.721
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(17.947)	(35.188)
Resgates de aplicações financeiras	5	21.105	18.159
Aquisição de imobilizado	7	(1.006)	(3.120)
Aquisição de intangível		(1)	(6)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		2.151	(20.155)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos acionistas	9	(1.126)	(598)
Captações de empréstimos e financiamentos	8	-	6.600
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	8	(5.158)	(11.867)
Amortizações de principal - debêntures	8	(9.010)	(6.177)
Mútuos pagos a acionistas	14	-	(4.000)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	8	(9.376)	(7.971)
Juros pagos sobre debêntures	8	(7.304)	(3.813)
Custo de captação - debêntures	8	(1.286)	(2.081)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(1.542)	(1.923)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(34.802)	(31.830)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		7.349	(2.264)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	3.804	6.068
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	11.153	3.804
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		7.349	(2.264)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), foi constituída em 18 de dezembro de 2019, e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de Santa Léia 14 e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 66,1 MW de capacidade instalada, está localizado em Lajes (RN) e entrou em operação comercial plena a partir do dia 22 de setembro de 2023. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia não apresentava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.8 Ativo imobilizado** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Retificação de erro imaterial de períodos anteriores

Durante o período de 2025, a Companhia concluiu o processo e unitização dos ativos em operação, caracterizado pela entrega final do laudo de unitização preparado por consultoria especializada.

Como resultado deste processo, identificou-se uma variação no reconhecimento da Depreciação registrada anteriormente pela Companhia no resultado versus a Depreciação calculada pela consultoria no montante total de R\$990, considerando o período desde a operação comercial plena em 22 de setembro de 2023 até 1º de janeiro de 2025, sendo R\$792 relativo ao exercício de 2024 e R\$198 relativo ao exercício de 2023.

Diante disso, os saldos de ativo, resultado e patrimônio líquido foram apresentados a maior em 31 de dezembro de 2024. Tais erros imateriais foram corrigidos nas informações anuais apresentadas em 31 de dezembro de 2025 e a tabela a seguir resume os impactos:

a. Balanço patrimonial

Ativo	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Imobilizado	310.255	(990)	309.265
Outros Ativos	35.721	–	35.721
Total do ativo	345.977	(990)	344.987
Passivo			
Outros passivos	252.372	–	252.372
Total do passivo	252.372	–	252.372
Patrimônio líquido			
Reserva de lucros a distribuir	7.825	(990)	6.835
Outros	85.780	–	85.780
Total do patrimônio líquido	93.605	(990)	92.615
Total do passivo e patrimônio líquido	345.977	(990)	344.987

b. Demonstrações do resultado e resultado abrangente

Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Custos operacionais	(25.234)	(792)	(26.026)
Outros	29.976	—	29.976
Lucro do exercício	4.742	(792)	3.950
Total do resultado abrangente	4.742	(792)	3.950

c. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Capital social	85.417	—	85.417
Reserva legal	363	—	363
Reserva de lucros a distribuir	7.825	(990)	6.835
Total do patrimônio líquido	93.605	(990)	92.615

d. Demonstração dos fluxos de caixa

Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício	4.742	(792)	3.950
Depreciação	13.086	792	13.878
Outros	31.893	—	31.893
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	49.721	—	49.721
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos	(20.155)	—	(20.155)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamentos	(31.830)	—	(31.830)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.264)	—	(2.264)

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas - outros créditos e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, debêntures, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar, outras contas a pagar e partes relacionadas - outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir dos custos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento

A Companhia cessou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.12 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos juros pagos sobre financiamentos de longo prazo nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Até 31 de dezembro de 2024, a Administração classificava os juros pagos sobre dívidas de longo prazo como atividade operacional nas demonstrações dos fluxos de caixa. A partir de 1º de janeiro de 2025, esses valores passaram a ser classificados como fluxos das atividades de financiamento. O propósito desta mudança é apresentar de forma fidedigna a transação dada a sua natureza, e foi adotada porque tais dívidas foram contratadas para viabilizar a construção dos empreendimentos (CAPEX) e serão liquidadas no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2024, o impacto representava o montante de R\$11.784 no fluxo de caixa, conforme tabela abaixo:

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(7.971)	7.971	–
Juros pagos sobre debêntures	(3.813)	3.813	–
Outros	49.721	–	49.721
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	37.937	11.784	49.721
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(20.155)	–	(20.155)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	–	(7.971)	(7.971)
Juros pagos sobre debêntures	–	(3.813)	(3.813)
Outros	(20.046)	–	(20.046)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(20.046)	(11.784)	(31.830)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.264)	–	(2.264)

2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

- a. **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

- b. **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:
- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis (“FIC Consolidador”).

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são as dívidas apresentadas na Nota 8.

A Administração da Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para cumprimento do serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. As dívidas contratadas pela Companhia, apresentadas na Nota 8, possuíam riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	10.375	Baixa do CDI	10.094	9.827
Efeito no resultado	1.045		765	497
Aplicações financeiras vinculadas	25.088	Baixa do CDI	24.656	24.238
Efeito no resultado	1.647		1.215	797
Empréstimos e financiamentos	(157.437)	Alta do IPCA	(161.974)	(166.510)
Efeito no resultado	(16.431)		(20.968)	(25.505)
Debêntures	(97.105)	Alta do IPCA	(100.242)	(103.379)
Efeito no resultado	(11.244)		(14.381)	(17.518)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	778	478
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	10.375	3.326
Total	11.153	3.804

- (a) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a (11,25% a.a em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras vinculadas

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação vinculada – Conta Reserva Serviço da Dívida BNDES	8.201	11.522
Aplicação vinculada – Conta Reserva Serviço da Dívida Debêntures	6.762	6.827
Aplicação vinculada – Conta de Pagamento da Debêntures	8.843	7.650
Aplicação vinculada – Conta Reserva de O&M	1.282	–
Aplicação vinculada – Conta de Complementação do ICSD	–	–
Aplicação vinculada – Conta Centralizadora	–	–
Aplicação vinculada – Conta de Seguros	–	–
Total	25.088	25.999

Ativo circulante	6.762	6.827
Ativo não circulante	18.326	19.172

As aplicações financeiras de longo prazo são referentes a obrigações de prestação de garantias assumidas pela Companhia no contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 30 de novembro de 2021 e na Escritura de Debêntures celebrada em 02 de dezembro de 2021, a saber: (i) Conta Reserva Serviço da Dívida BNDES, (ii) Conta Reserva Serviço da Dívida Debêntures, (iii) Conta Reserva de O&M, (iv) Conta de Complementação do Índice de Cobertura da Dívida (“ICSD”), (v) Conta Centralizadora, (vi) Conta de Seguros e (vii) Conta de Pagamento da Debêntures – esta última classificada como ativo circulante no balanço da Companhia, pois o saldo constituído é utilizado para pagamento semestral das parcelas vincendas da Debêntures. As contas descritas nos itens (iii), (iv), (v) e (vi) são garantias compartilhadas entre os credores. Tais recursos são mantidos em contas no Banco Citibank Brasil S.A., e deverão ser mantidos por todo período dos mesmos instrumentos, sendo os valores dados em garantia, podendo ser utilizados pelos

credores para liquidação de obrigações relacionadas aos contratos. Ademais, conforme previsto no contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, a Companhia deve retratar nas demonstrações financeiras o saldo existente nas contas de reservas, mesmo que zeradas. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 14,02% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (10,50% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	25.999	7.560
Rendimento de aplicações	2.692	1.647
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(445)	(237)
Aplicações financeiras	17.947	35.188
Resgates de aplicações financeiras	(21.105)	(18.159)
Saldos finais	25.088	25.999

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia - terceiros	4.972	4.401
Venda de energia - partes relacionadas (nota 14)	212	503
Total	5.184	4.904

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Torres anemométricas	10%	160	(56)	104	120
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	291.990	(28.371)	263.619	275.488
Edificações	3,33% a 4%	32.211	(2.586)	29.625	30.769
Instalações	10 %	16	—	16	—
Provisão para desmobilização	2,86%	2.995	(193)	2.802	2.888
Total		327.372	(31.206)	296.166	309.265

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2024	Adições	Baixas	Adição Depreciação	31/12/2025
Torres anemométricas	120	–	–	(16)	104
Máquinas e equipamentos	275.488	990	(243)	(12.616)	263.619
Edificações	30.769	–	–	(1.144)	29.625
Instalações	–	16	–	–	16
Provisão para desmobilização	2.888	–	–	(86)	2.802
Total	309.265	1.006	(243)	(13.862)	296.166

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Adição Depreciação	31/12/2024
Torres anemométricas	124	11	–	(15)	120
Máquinas e equipamentos	285.758	2.370	(26)	(12.614)	275.488
Edificações	31.194	739	–	(1.164)	30.769
Provisão para desmobilização	2.973	–	–	(85)	2.888
Total	320.049	3.120	(26)	(13.878)	309.265

8 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Escritura de Debêntures

Em 02 de dezembro de 2021, ocorreu a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A., não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R\$77.500 (“Escritura de Debêntures”), com sistema de amortização semestral, conforme cronograma de pagamento (item c), sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de julho de 2024, e o último a ser realizado em 15 de julho de 2041. O valor nominal unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, e sobre o valor nominal atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios de 7,61% a.a., desde a primeira data de integralização das Debêntures (17 de dezembro de 2021) até a data de cada efetivo pagamento.

As Debêntures são garantidas por meio de (i) fiança bancária, liberada em julho de 2025, mediante conclusão físico-financeira do empreendimento, conforme citado abaixo; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia. As garantias reais são compartilhadas entre os Debenturistas e o BNDES, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

Em julho de 2025, a Companhia obteve a conclusão físico-financeira atestada, nos termos da escritura de debêntures. Este marco atesta a conclusão integral da etapa de implantação do empreendimento, conforme exigências estabelecidas, com a consequente exoneração das fianças bancárias que até então faziam parte do conjunto de garantias.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecendo que a Companhia deve atender a obtenção do ICSD.

A Administração monitora todos os *covenants* previstos nos contratos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* financeiros e não financeiros.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)

Em 30 de novembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o BNDES no valor de R\$148.000 destinado à implantação do empreendimento.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 6,16% ao ano. O principal da dívida com o BNDES deverá ser pago em 251 prestações mensais, onde a primeira prestação foi liquidada em 30 de março de 2024 e a prestação final será liquidada em 15 de janeiro de 2045.

O financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações e de aerogeradores, e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia. As garantias reais são compartilhadas entre o BNDES e os debenturistas, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecendo que a Companhia deve atingir determinado ICSD.

A Administração monitora todos os *covenants* previstos nos contratos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* financeiros e não financeiros.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Escritura de debêntures	97.105	102.174
(-) Custo de captação	(6.439)	(5.526)
Debêntures	90.666	96.648
BNDES	157.437	155.541
(-) Custos de captação	(8.211)	(7.066)
Empréstimos e financiamentos	149.226	148.475
Total	239.892	245.123

b. Movimentação da conta

Descrição	BNDES	Escritura de Debêntures	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	146.485	96.261	242.746
Captações	6.600	—	6.600
Juros incorridos	16.882	12.302	29.184
Pagamento de principal	(11.867)	(6.177)	(18.044)
Pagamento de juros	(7.971)	(3.813)	(11.784)
Apropriação do custo de transação	269	156	425
Custo de captação pago no exercício	(1.923)	(2.081)	(4.004)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	148.475	96.648	245.123
Juros incorridos	16.431	11.244	27.675
Pagamento de principal	(5.158)	(9.010)	(14.168)
Pagamento de juros	(9.376)	(7.304)	(16.680)
Apropriação do custo de transação	396	374	770
Custo de captação pago no exercício	(1.542)	(1.286)	(2.828)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	149.226	90.666	239.892
Circulante	5.477	11.840	17.317
Não circulante	143.749	78.826	222.575

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Empréstimos e financiamentos

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
2026	—	—%	5.215	3%
2027	6.505	4%	6.218	4%
2028	5.456	4%	5.216	3%
2029	5.666	4%	5.416	4%
2030	5.246	3%	5.016	3%
2031	5.666	4%	5.416	4%
2032	6.295	4%	6.018	4%
2033	5.456	4%	5.216	3%
2034	5.456	4%	5.216	3%
2035	4.826	3%	4.614	3%
2036	4.826	3%	4.614	3%
2037	4.826	3%	4.614	3%
2038	4.828	3%	4.614	3%
2039	8.604	6%	8.225	5%
2040	13.850	9%	13.240	9%
2041	14.059	9%	13.440	9%
2042	16.158	11%	15.446	10%
2043	16.787	11%	16.048	11%
2044	16.787	11%	16.048	12%
2045	233	1%	266	1%
Total parcelas – longo prazo	151.530	100%	150.116	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(7.781)		(6.714)	
Saldo total – longo prazo	143.749		143.402	

Escritura de debêntures

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
2026	—	—%	8.573	10%
2027	7.564	9%	7.247	8%
2028	7.202	8%	6.900	8%
2029	6.358	7%	6.092	7%
2030	7.246	9%	6.942	8%
2031	6.599	8%	6.323	7%
2032	6.446	8%	6.176	7%
2033	6.303	7%	6.039	7%
2034	6.182	7%	5.924	7%
2035	6.369	8%	6.102	7%
2036	6.544	8%	6.270	7%
2037	6.259	7%	5.997	7%
2038	5.809	7%	5.566	5%
2039	4.062	5%	3.892	3%
2040	658	1%	630	1%
2041	1.251	1%	1.198	1%
Total parcelas – longo prazo	84.852	100%	89.871	100%
(-) Custo de captação - longo prazo	(6.026)		(5.192)	
Saldo total - longo prazo	78.826		84.679	

9 Patrimônio Líquido

O capital social integralizado é de R\$85.417 em 31 de dezembro de 2025 (R\$85.417 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 85.417.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	80%	68.334	68.333.600	80%	68.334	68.333.600
Ares Eyner Participações S.A.	20%	17.083	17.083.400	20%	17.083	17.083.400
Total	100%	85.417	85.417.000	100%	85.417	85.417.000

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo no exercício e, portanto, não constituiu dividendos mínimos obrigatórios (R\$1.126 em 31 de dezembro de 2024).

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo (Lucro) do exercício	(28)	4.742
(-) Reserva legal (5%)	—	(237)
Base de cálculo – dividendos mínimos obrigatórios	—	4.505
Dividendos obrigatórios	—	1.126

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo no exercício e, portanto, não constituiu valores a reserva legal (R\$237 em 31 de dezembro de 2024).

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a absorção do prejuízo do exercício à conta de Reserva de lucros a distribuir no montante de R\$28 (R\$2.587 de constituição em 31 de dezembro de 2024).

Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2025 a Companhia realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$1.126 (R\$598 em 2024).

10 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia elétrica	59.993	64.854
PIS e Cofins sobre vendas	(2.196)	(2.361)
Total	57.797	62.493

11 Custos operacionais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos com pessoal	(214)	(201)
Energia comprada (a)	(6.805)	(3.939)
Depreciação	(13.862)	(13.878)
Gastos operacionais – geração energia	(930)	(876)
Gastos com propriedades	(870)	(1.108)
Gastos com manutenção	(4.638)	(4.681)
Outros custos	(1.544)	(1.343)
Total	(28.863)	(26.026)

- (a) Em relação aos impactos da Lei 15.269 de 24/11/25 que aborda, entre outros temas, o ressarcimento de projetos eólicos e solares pelos cortes forçados na geração de energia ("curtailment"), a administração da Companhia está avaliando a adesão ao termo de compromisso proposto no Art. 1º-B. Como o texto e condições detalhadas do termo de compromisso ainda não foram publicados a Companhia não pode afirmar sua adesão e portanto não reconheceu nas demonstrações financeiras de 2025 qualquer valor referente ao eventual ressarcimento. A administração segue confiante que os mecanismos adequados de ressarcimento serão implementados pela ANEEL/ONS e que a Companhia receberá sua compensação por perdas passadas em um prazo adequado.

12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(1.003)	(879)
Outras despesas gerais ou administrativas	(5)	(37)
Total	(1.008)	(916)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2025, R\$928 se refere a pagamentos de consultoria à Casa dos Ventos S.A. (R\$792 em 31 de dezembro de 2024), conforme citado na [Nota 14](#) Partes relacionadas.

13 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	3.777	2.142
Outras receitas financeiras	1	35
Total	3.778	2.177
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamento	(16.431)	(16.882)
Juros sobre debêntures	(11.244)	(12.302)
Juros sobre provisão de desmobilização	(136)	(147)
Apropriação do custo de captação	(770)	(425)
Outras despesas financeiras	(10)	(112)
Total	(28.591)	(29.868)
Resultado financeiro	(24.813)	(27.691)

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	(263)	536
Contas a receber de clientes	212	503
Venda de energia (nota 6)/(c)	212	503
Partes relacionadas - outros créditos	2	33
Transações de condomínios (b)	—	33
Contas a receber de partes relacionadas	2	—
Imobilizado	(477)	—
Adiantamento a fornecedores - condomínios (b)	(477)	—
Passivo	99	2.194
Partes relacionadas - outras contas a pagar	99	1.068
Transações de condomínio (b)	94	983
Fornecedores partes relacionadas	—	76
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	5	9
Dividendos a pagar	—	1.126
Dividendos a pagar para partes relacionadas	—	1.126
Resultado	2.688	8.492
Receita líquida de vendas	3.797	9.852
Venda de energia (c)	3.797	9.852
Custos operacionais	(181)	(568)
Energia comprada (c)	(114)	(520)
Custos com manutenção (a)	(67)	(48)
Despesas gerais ou administrativas	(928)	(792)
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(928)	(792)

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía um contrato de prestação de serviços firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos e manutenção de torres.
- (b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possuía operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

A remuneração da administração é realizada por meio de pagamentos efetuados diretamente pela Casa dos Ventos S.A., que posteriormente são rateados para suas controladas, incluindo a Companhia, e registradas como serviços tomados em despesas gerais ou administrativas. Os valores pagos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser visualizadas nesta mesma nota explicativa, nas demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		11.153	11.153	3.804	3.804
Contas a receber de clientes		5.184	5.184	4.904	4.904
Partes relacionadas - outros créditos		2	2	33	33
Aplicações financeiras vinculadas		25.088	25.088	25.999	25.999
Fornecedores		(885)	(885)	(660)	(660)
Debêntures	Nível 2	(90.666)	(74.439)	(96.648)	(94.005)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(149.226)	(157.437)	(148.475)	(155.541)
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(99)	(99)	(1.068)	(1.068)
Dividendos a pagar		—	—	(1.126)	(1.126)
Outras contas a pagar		(663)	(663)	(74)	(74)
Total		(200.112)	(192.096)	(213.311)	(217.734)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida - BNDES	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável
Título de dívida - Debêntures	Técnica de comparação de mercado/fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustados por um fator de liquidez.	Não aplicável	Não aplicável

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda - corrente	(2.117)	(1.760)
Contribuição social - corrente	(986)	(876)
Total	(3.103)	(2.636)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	59.993	64.854
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%	8%
Lucro presumido	4.799	5.188
Outras receitas não operacionais	3.778	2.177
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto de renda corrente	(2.117)	(1.760)
CSLL/Alíquota de presunção	12%	12%
CSLL/Lucro presumido	7.199	7.782
Outras receitas não operacionais	3.778	2.177
Contribuição social corrente	(986)	(876)
Alíquota efetiva (%)	(100,9%)	(40,0%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	644	583
Imposto de renda e contribuição social no exercício	3.103	2.636
Outras movimentações	—	89
Impostos pagos sobre o lucro	(2.533)	(951)
Compensações no exercício	(627)	(1.713)
Saldos finais	587	644

17 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, previdenciária, trabalhista e cível. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos.

Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.
